

## Brasil



EM QUATRO MESES  
14 presos mortos na Grande BH

Suspeita é de overdose de drogas K que se espalharam em dois presídios



## DISPUTA PELA TERRA

## SEMENTES DA VIOLÊNCIA

País teve em 2023 maior número de conflitos no campo desde 1985, apesar de redução de mortes

CLÉDIO CARVALHO, LUCAS ALTINO  
E LUÍSA MARZULLO  
Ilustração: J. J. J.

O número de conflitos no campo bateu recorde no ano passado, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), lançado ontem. Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos, como invasões, mortes, agressões e destruição de pertences, quantidade 7% maior que 2022 e 57% superior a 2014. Mas houve redução do número de assassinatos, de 47 para 31 casos de um ano para o outro. A maior parte das vítimas eram indígenas, com 14 mortes.

Os dados de 2023 superaram o recorde anterior, de 2020, quando houve registro de 2.130 ocorrências pela CPT. Desde 2016, a estatística fica acima de 1,5 mil casos de violência por ano. O relatório também mostrou que 218 pessoas foram ameaçadas de morte e 66 foram vítimas de tentativa de homicídio.

—Embora o número de assassinatos tenha reduzido, a gente fica assustado com a quantidade de pessoas que perdem a vida no combate da preservação da terra, do seu território — disse Dom José Jonilton, bispo da Prelazia de Itacotiara (AM), presidente da CPT e secretário da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPA-Brasil).

Mais de 950 mil pessoas que vivem em 54 milhões de hectares de terra estiveram envolvidas nos conflitos, segundo o levantamento. Além da disputa fundiária (72%), outras causas de confrontos são disputa por água, condições de trabalho (em geral associado a casos análogos a escravidão) e ações de resistência, como protestos contra o marco temporal indígena, tese que limita as demarcações a partir das terras ocupadas em 1988, e por reforma agrária.

Houve 554 casos de violência contra pessoas, atingindo 1.467 indivíduos. A CPT contabilizou nove mortos sem-terra e três quilombolas, além dos 14 indígenas. A região que concentrou mais mortes (oito) foi a Amazônia, uma fronteira do desmatamento entre 32 municípios do Amazonas, Acre e Rondônia. Cinco desses assassinatos foram cometidos por grileiros, segundo a comissão.

## COBRANÇAS DO GOVERNO

A CPT aponta o avanço da concentração de terra, da exploração mineral e do agronegócio como os principais responsáveis pelo crescimento dos conflitos no campo, além do discurso conservador e violento capacitado pelo bolsonarismo. Mas Isolde Wichinski, de coordenação nacional da



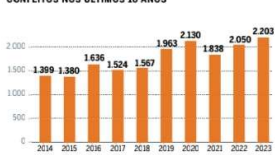
"Conflitos latentes". Integrantes do Invasão Zero em fazenda onde morreu indígena no Sul da Bahia em janeiro; estado foi o com mais conflitos no ano passado



Ocupações não param. Integrantes do MST invadem fazenda em Campinas no mesmo dia em que Lula lançou programa para a reforma agrária

## A VIOLÊNCIA NO CAMPO

## CONFLITOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS



## CAUSAS DE CONFLITOS



## QUEM FOI ASSASSINADO (em %)



## CONFLITOS POR ESTADO

ESTADO	OCCORRÊNCIAS	NÚMERO DE ENVOLVIDOS
PA	202	19.033
RO	162	38.597
MA	171	17.074
GO	140	9.573
MS	116	3.887
AM	86	20.730
AC	84	16.805
TO	70	8.656
AP	66	3.417
PR	66	2.934
PE	55	2.780
RR	49	4.524
MT	46	11.939
MG	43	3.057
SP	38	5.912
AL	28	1.841
PB	21	3.635
RN	20	1.459
ES	20	3.443
SC	19	813
PI	15	2.379
CE	13	252
RS	13	734
SE	5	1.988
RJ	5	827
DF	4	574
OUTROS DE EST.	4	384

CPT, cobrou o governo Lula no lançamento do relatório.

—Estamos em um governo dito parceiro dos povos do campo, mas os dados são recorde — lembrou. — As ações do governo começaram com lentidão. Ao mesmo tempo, o Brasil sofre um avanço do capital sobre áreas de comunidades tradicionais que nunca tiveram suas terras regularizadas. Tivemos mais de 300 invasões em territórios indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais.

Os estados com o maior número de conflitos por terra no ano passado foram a Bahia (202), o Pará (183) e o Maranhão (171). Isolde lembrou que foi na Bahia que surgiu o Movimento Invasão Zero, para coibir ocupações. Em janeiro, Maria de Fátima Muniz, conhecida como Nega Pataxó, foi morta a tiros durante uma ação do movimento que tentou retirar pataxó há há há de uma fazenda em uma área reivindicada pelos indígenas no Sul da Bahia.

— É uma região de conflitos latentes — afirmou a inte-

grante da CPT sobre o estado.

Os maiores autores das violências, segundo o relatório, são fazendeiros, empresários, governo federal, grileiros e governos estaduais. A falta de titulação de terras indígenas ou quilombolas e de desapropriação de latifúndios para a reforma agrária são situações que fazem os governos serem categorizados como omissos e coniventes, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra.

## MST OCUPA MAIS ÁREAS

Depois de o presidente Lula ter anunciado na semana passada o programa Terra da Gente para acelerar o processo de reforma agrária, como um aceso ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, mais oito áreas foram invadidas. A ocupação mais recente foi domingo, no Piauí, quando cerca de 80 famílias invadiram uma fazenda no município de Miguel Leão, a 80 km de Teresina.

O número de ocupações do MST chegou a 32 ontem, dentro das ações programadas pelo Abriil Vermelha, que o movimento faz todos os anos para lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996. A expectativa é de que a quantidade chegue a 50 até o fim do mês.

O MST promoveu invasões em 15 estados este mês: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

Segundo o MST, o governo só teria assentado 1.450 famílias ligadas ao movimento, e outros dados apresentados pelo governo para indicar avanços na política agrária são apenas de reconhecimento de direitos de integrantes que já ocupavam terras e só foram cadastrados recentemente. Outra queixa do MST é que o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está abaixo da média dos demais governos liderados pelo PT.

Quando lançou o programa, no dia 15, Lula disse que queria reforma agrária fosse realizada no país "sem muita briga". Integrante da direção nacional do MST, Ceres Hadich, diz ser insuficiente o programa lançado pelo presidente, que visa a beneficiar 295 mil famílias até 2026.

— Esperamos que o programa nos ajude a acelerar de fato um processo de consolidação de uma reforma agrária. Mas a gente sabe também que ele em si não é suficiente para contemplar todas as dimensões da reforma agrária popular — critica a militante sem-terra.